

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.906 - SE (2016/0241853-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : PAULO MARCOS ALVES NEWTON
ADVOGADO : LUCAS MENDONÇA RIOS E OUTRO(S) - SE003938
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por **Paulo Marcos Alves Newton**, de decisão de minha lavra que negou provimento ao seu recurso especial, assim fundamentado (fls. 137/140):

Trata-se de recurso especial manejado com fundamento no art. 105, III, a, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 73):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. IMPLANTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DIVERSA DA QUE O AUTOR FAZIA JUS. ERRO DE FATO ESCUSÁVEL. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO. POSSIBILIDADE. DEVOLUÇÃO DO VALOR DESCONTADO. INCABIMENTO. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO REGIONAL. IMPROVIMENTO.

1. Apelação interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido deduzido na inicial, em sede de ação ordinária, visando à anulação do ato administrativo que promoveu o desconto no valor de R\$ 626,60 (seiscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos) da remuneração da parte autora no mês de agosto de 2012, referente à diferença entre os quantitativos da GDPST e da GDM, bem como a devolução do referido valor devidamente corrigido.

2. Apelou a parte autora, alegando, em síntese, que não se pode penalizar o servidor, com o ônus de devolução do que recebeu a maior, mesmo que indevidamente, em face da boa-fé, além de não ter concorrido, direta ou indiretamente para o pagamento indevido, afirmando que no mês de agosto de 2012 sofreu desconto em seus proventos no valor de R\$ 626,60 (seiscentos e vinte e seis reais e sessenta centavos), referente à diferença do valor da GDPST em relação à gratificação que a sucedeu, a

GDM, tendo a Administração informado que o pagamento indevido decorreu de erro que chamou de "problema técnico" no pagamento da GDPST, a justificar o desconto da diferença de R\$ 626,60.

3. Na análise dos autos, percebe-se que a controvérsia posta a debate, cuida-se da pretensão de devolução dos valores descontados dos contracheques do postulante, a título de reposição ao erário, de vantagem recebida indevidamente, em decorrência de erro da Administração, nos termos da comunicação enviada aos servidores em "Carta Informativa".

4. Verifica-se pelos elementos de prova que ocorreu um erro fático escusável por parte da Administração de implantação de gratificação diversa da que o autor recebia, em razão da exiguidade do tempo que a Administração possuía para implementação da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - GDM, instituída pela Medida provisória n.º 568/12.

5. Entende-se que no caso retratado nos autos ocorreu o chamado erro de fato, que autoriza a devolução dos valores pagos indevidamente pela Administração. Isso porque este egrégio Regional já decidiu que, na hipótese de erro de fato escusável, pode o administrador pleitear a reposição ao erário das verbas erroneamente pagas. Precedentes: Pleno, Embargos Infringentes n.º 0800374-25.2012.4.05.8200, Rel. Des. Federal Rubens Canuto, por maioria, Julgamento: 02/03/16; Segunda Turma, APELREEX/PB 08002180320134058200, Rel. Des. Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, unânime, Julgamento: 19/08/2015.

6. Apelação improvida.

Não foram opostos embargos declaratórios.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 46 da Lei n.º 8.112/90 e 422 do CC. Defende a "nulidade do ato administrativo que determinou a reposição ao erário de valor por ele recebido em decorrência de erro da Administração, mas de boa-fé, bem como a restituição do quanto indevidamente reposto" (fl. 97).

É o relatório.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (Aos recursos interpostos

com fundamento no CPC/73 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça).

O inconformismo não merece prosperar.

*De fato, a jurisprudência desta Corte Superior é no sentido de ser indevida a restituição de valores recebidos de boa-fé por servidor público em decorrência de erro da Administração. Tal entendimento foi firmado no julgamento do **REsp 1244182/PB**, pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos. Confira-se:*

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ART. 46, CAPUT, DA LEI N. 8.112/90 VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR INTERPRETAÇÃO ERRÔNEA DE LEI. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO. BOA-FÉ DO ADMINISTRADO. RECURSO SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC.

1. A discussão dos autos visa definir a possibilidade de devolução ao erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, quando pagos indevidamente pela Administração Pública, em função de interpretação equivocada de lei.

2. O art. 46, caput, da Lei n. 8.112/90 deve ser interpretado com alguns temperamentos, mormente em decorrência de princípios gerais do direito, como a boa-fé.

3. Com base nisso, quando a Administração Pública interpreta erroneamente uma lei, resultando em pagamento indevido ao servidor, cria-se uma falsa expectativa de que os valores recebidos são legais e definitivos, impedindo, assim, que ocorra desconto dos mesmos, ante a boa-fé do servidor público.

4. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido a regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1244182/PB, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/10/2012)

Contudo, extrai-se dos autos que o valor recebido pelo servidor em razão de erro da administração já foi devolvido administrativamente e que o Autor pretende o pagamento de

parcela sabidamente indevida, sob o argumento da boa-fé. Para essas hipóteses, este Tribunal Superior tem entendido que a Administração Pública não tem o dever de restituir o valor pago, por equívoco, mas já devolvido administrativamente, pois "a boa-fé assegura a manutenção do status quo, e não a repetição de importância que, afinal, era mesmo indevida". Nesse sentido, confira-se:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO EM GOZO DE LICENÇA-PRÊMIO. RECEBIMENTO INDEVIDO DE GRATIFICAÇÃO. BOA-FÉ. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR QUE PLEITEIA RECEBER DE VOLTA O MONTANTE QUE FOI DESCONTADO A TÍTULO DE REPOSIÇÃO AO ERÁRIO.

1. O acórdão a quo consignou que houve simples falha no sistema de comunicação interna entre o órgão responsável pelo cadastro de servidores e o setor de pagamento, o qual não foi informado que o servidor encontrava-se de licença-prêmio. Trata-se de erro operacional da Administração. Não há como rebater essa afirmação sem que se reexamine o conjunto probatório dos presentes autos, vedado pela Súmula 7/STJ.

2. A alegação de que o servidor recebeu referida gratificação de boa-fé é totalmente irrelevante, pois não afasta a ocorrência do enriquecimento sem causa, vedado pelos arts. 884 e 885 do Código Civil e pelo art. 46 da Lei 8.112/90.

3. Revela-se aqui a tensão dialética entre o princípio da boa-fé e o princípio que veda o enriquecimento ilícito. Como bem ressaltou o acórdão impugnado, a boa-fé assegura a manutenção do status quo, e não a repetição de importância que, afinal, era mesmo indevida. Por isso, correta a solução dada pelo Tribunal regional ao não permitir a repetição pelo servidor de valor já devolvido administrativamente.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1537795/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/09/2015, DJe 14/09/2015)

Destaca-se, ainda, da fundamentação do referido julgado, que "raciocínio diverso implicaria contraditio in terminis, pois a Administração teria de creditar ao servidor valores a que ele

não faria jus, configurando uma tentativa de o servidor se valer da própria torpeza, comportamento vedado pelo ordenamento jurídico".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Insiste a parte agravante na tese de violação ao art. 46 da Lei 8.112/1990 c/c o art. 422 do Código Civil, ao argumento de que *"a situação vexada amolda-se à apreciada por esse STJ em recurso representativo de controvérsia, qual seja, o REsp nº. 1.244.182" (fl. 148). Isso porque (fls. 149/150):*

Ora, o servidor público que, de presumida boa-fé, venha a receber alguma vantagem financeira em decorrência de erro da Administração, sem ter influenciado ou interferido na sua concessão, independente de havê-la pleiteado ou não, jamais poderá vir a ser compelido, depois, a devolver aquelas importâncias, tidas por indevidamente pagas, até porque o servidor não comanda pagamentos, nem interfere na programação e planejamento da folha de pagamento dos órgãos públicos.

Não se pode pretender penalizar o servidor com o ônus da reposição do que recebeu a maior, mesmo que indevidamente, se ele não concorreu, direta ou indiretamente, para o erro administrativo do qual foi beneficiado, ainda que este erro tenha sido imediatamente "corrigido" pela Administração.

E prossegue (fl. 151):

Pois bem, os precedentes acima não promovem qualquer distinguishing quanto à vedação de repetição daquilo pago por erro pela Administração, a exemplo do promovido na decisão agravada, qual seja, a circunstância segundo a qual a parcela indevida já foi reposta antes do trânsito em julgado da demanda judicial que analisa o fato contestado.

A partir dessas premissas, afirma que (fls. 153/154):

[...] sob a ótica dos arts. 46 da Lei nº. 8.112/90 e 422 do Código Civil, que garantem, pois, a irrepetibilidade da diferença percebida a maior ou até mesmo indevidamente por servidor, é manifestamente indevida a devolução, a qualquer tempo, a título de restituição ao erário, de valores pagos por erro pela

Superior Tribunal de Justiça

Administração e percebidas de boa-fé pelo particular. Consequência disto é que, caso efetivada a restituição ao erário, tal ato deve ser desconstituído de modo a recompor o status jurídico anterior e a garantir a devolução ao particular do quanto descontado da sua remuneração.

Desta forma, insiste-se, considerando que a decisão agravada violou dispositivos de lei federal, bem como não se amoldou ao entendimento firmado no REsp representativo da controvérsia nº. 1.244.182/PB e precedentes correlatos, nos quais esse STJ decidiu pela impossibilidade de restituição de verbas percebidas de boa-fé por servidores públicos em decorrência de erro administrativo (inclusive o “operacional”, “técnico” e/ou de fato), bem como, se restituídas, por sua devolução, deve ser provido o presente recurso para o fim de reformar o decisum monocrático ora combatido.

Por fim, requer a reconsideração ou a reforma da decisão agravada, "para dar provimento ao Recurso Especial" (fl. 154).

Impugnação às fls. 159/160.

É o relatório.

Ante as razões aduzidas, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão de fls. 137/140.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova apreciação do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator